

Repensar a educação: 40 anos após Vigiar e Punir

Alexandre Filordi de Carvalho; Silvio Gallo (org.). *Repensar a educação: 40 anos após Vigiar e Punir*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015, 461 pp.

Eliana Gomes Pereira Pougy

Doutoranda em Ciências Sociais pela PUC-SP. Contato: pougy@uol.com.br.

Os quarenta anos de *Vigiar e Punir*, o livro mais conhecido de Michel Foucault, acontecem na metade da segunda década do século XXI, momento em que o controle beira a ficção científica: tornozeleiras eletrônicas estão disponíveis como opção ao encarceramento; chips implantados na pele e/ou a leitura biométrica de íris e retina existem como opções à cédula de identidade; roupas e casas inteligentes já reconhecem seus proprietários e os acolhem em sua especificidade; bairros, cidades, *pátrias* e planeta educadores não deixam absolutamente ninguém de fora dos processos pedagógicos planetários; satélites vagueiam pelo espaço sideral em busca de outros planetas em que possamos habitar e, ao mesmo tempo, recolhem dados sobre tudo e todos em nosso próprio planeta. Nesse mesmo momento, a subjetividade vem sendo construída na direção de uma cidadania global, de uma inteligência coletiva e de

uma atitude policial, fazendo com que todos desejem participar e que sua opinião ecoe na Internet, mesmo que para isso seja preciso sair às ruas, com seus assemelhados, a fim de manifestarem-se em hora e lugar previamente demarcados. Contudo, é também agora que as resistências afloram em terrorismos, juventudes antissociais e infâncias incomunicáveis: exercícios agonísticos de liberdade em que se busca praticar a ética da existência.

É neste contexto que surge o livro *Repensar a educação: 40 anos após Vigiar e Punir* (2015), organizado por Alexandre Filordi e Silvio Gallo. O principal objetivo da obra é atualizar a produção do conhecimento que dialoga com as teses que Michel Foucault apresenta em *Vigiar e Punir* e, também, pensar como essas teses se desdobram nesse momento de transformações da biopolítica. O livro de Filordi e Gallo, portanto, remete a um *estado da arte* do pensamento educacional que não

se ilude nem acredita nas verdades propostas pelas reformas pedagógicas.

Segundo os organizadores: "Para construir esse mosaico de interpretações a partir dessa obra emblemática, foram convidados a contribuir com esse livro autores especializados e reconhecidos na fortuna crítica foucaultiana, tanto no cenário brasileiro quanto internacional, que vêm se esforçando para pensar a escola e a educação diferentemente do que se tem pensado" (p. 12).

O livro foi organizado em três partes: "Por dentro de Vigiar e Punir", composta por cinco artigos em que se aprofundam alguns dos conceitos trabalhados por Foucault em seu livro; "Vigiar, Punir... e Governar", quatro artigos que relacionam os conceitos presentes no livro de Foucault com a biopolítica e o contexto atual; e "Além de Vigiar e Punir: Questões da Escola Contemporânea", quatro artigos que partem de Foucault e de seu livro para pensar a escola e a pesquisa educativa hoje.

"Por dentro de Vigiar e Punir"

O primeiro artigo, de Walter Omar Kohan, aborda os 40 anos de *experiência filosófica* do livro de Foucault. Em sua análise, Kohan afirma que a escrita de

Foucault mostra a relação dele com a verdade e, que, justamente por isso, sua escrita é filosófica. A filosofia em que Foucault se sente mais à vontade é aquela que coloca em questão, ou que problematiza, a verdade instituída. Nesse sentido, Kohan defende que a escrita de Foucault é uma máquina de um pensamento *outro*, que cria novas leituras e libera o pensamento do não-pensado, que cria efeitos, que faz surgir novas formas de pensar. Para Kohan, *Vigiar e Punir* é sempre atual.

O segundo, escrito por Alfredo Veiga-Neto e Maura Corcini Lopes, aborda o conceito de *alma* presente no pensamento foucaultiano. Invertendo o modo como tradicionalmente pensamos, em *Vigiar e Punir* Foucault deixa claro que, a partir do século XVIII, a alma é a prisão do corpo e não o contrário. Ela passou a ser o lugar indelével do castigo e da pena, o *fim* da vigilância e dos castigos do corpo. É nesse sentido que o poder disciplinar *dobra*, e não quebra, e a alma moderna fabrica um corpo que, conseqüentemente, torna-se o seu abrigo. Os autores terminam o artigo lançando uma série de questões relacionadas à atualidade do livro de Foucault e que serão respondidas na segunda parte do livro.

Alexandre Simão de Freitas

destaca um *ponto cego* das pesquisas educacionais relacionadas ao pensamento de Foucault e a *Vigiar e Punir*: a colônia penal de Mettray. É interessante notar que essa colônia formou professores, ou seja, foi a primeira escola normal em que se ensinou e preparou os professores para atuarem de forma disciplinar e utilizando uma técnica refletida nas normas. Lá, os disciplinadores foram disciplinados de modo a agir contra os resistentes, frequentando um curso pedagógico e também um curso profissionalizante. Em Mettray, eles aprenderam a incluir o *desqualificado*, porque ninguém poderia ser perdido. Lá, eles aceitaram que tinham o poder de punir. Em Mettray, ficou claro que quem fez a escola foi a indisciplina.

Sylvio Gadelha aborda a perspectiva teórico-metodológica por meio da qual Michel Foucault descreveu e problematizou o exercício do poder. Segundo o autor, o estilo de problematização de Foucault, por um lado, relaciona-se ao domínio do microfísico e, por outro, à perspectiva imanentista de análise política. Esse modo de problematizar é genealógico e, portanto, advém de Nietzsche. Por essa via, Gadelha resume as ideias de Alain Renaut. Segundo este

autor, Foucault não realiza uma nova teoria do poder, mas sim, um novo enfoque para apreendê-lo em sua natureza, em sua tipologia, em seus funcionamentos e em seu regime, que é tanto imanente ao *socius* quanto histórico, agonístico, estratégico e microfísico.

O último artigo da primeira parte, de Julio Groppa Aquino, enfoca os usos de *Vigiar e Punir* na pesquisa educacional brasileira a partir de sua pesquisa *As repercussões do pensamento foucaultiano na pesquisa educacional brasileira*, que englobou o período entre 1990 e 2013. O autor adverte que não foi possível apreender a totalidade das pesquisas que têm Foucault como inspiração, tarefa que considera inexequível. Segundo Aquino, dentre as referências às obras de Foucault, a mais empregada pelos pesquisadores ao longo dos anos foi *Vigiar e Punir*. Além disso, o interesse pela obra tendeu a crescer com o passar do tempo. Dentre as pesquisas que têm essa obra nas referências, Aquino se debruçou sobre os 34% que se apropriaram do modo de trabalho foucaultiano. Sua principal conclusão é que essas pesquisas persistem em se afastar da metodologia foucaultiana, fazendo dos textos de Foucault um “crivo

hermenêutico generalizante”. Para Aquino, as pesquisas educacionais com base em Foucault são “corretas do ponto de vista teórico, mas, talvez, inertes do ponto de vista da (auto)criação intelectual” (p. 169).

“Vigiar, Punir... e Governar”

O primeiro artigo da segunda parte é de Alexandre Filordi de Carvalho. Por meio da comparação entre Foucault e Marx, o autor busca mostrar como cada um de nós se tornou um “micro-juiz-delator cotidiano”, hierarquizado, disciplinado pelo capital e (auto) controlado. Para Filordi, mesmo operando em registros diferentes, a afirmação marxista de que o trabalhador acampou a disciplina em suas atitudes é a mesma de Foucault quando diz que cada indivíduo, ou unidade de força, traz a disciplina em sua subjetividade, ou em seu modo de ser. Na hipótese interpretativa de Filordi, incluídos e excluídos sociais, típicos da sociedade disciplinar e capitalista, são frutos de uma extração: a da função-sujeito. Para Filordi, hoje, na sociedade conexcionista, conceito retirado de Boltanski e Chiapello, existe um refinamento e uma aceleração dos dispositivos disciplinares, o que defasa muito rapidamente a função-

sujeito dos indivíduos; cria coletivos que, como afirmou Foucault em *Vigiar e Punir*, tornam “úteis as diferenças”; e mantém os excluídos em seus lugares de origem. Por isso, segundo Filordi, ainda estamos no processo de sujeição capitalista.

O artigo de Carlos Ernesto Noguera-Ramírez e Ana Cristina León-Palencia inicia com uma preleção sobre a importância da disciplina para a construção de liberdades e que para Foucault o poder não é negativo e repressor: ele é positivo e produtor. A partir daí, os autores buscam o conceito de antropotécnica de Peter Sloterdijk para revisitar *Vigiar e Punir*. Antropotécnicas são exercícios físicos e mentais que servem para otimizar o estado imunológico contra os riscos da vida e contra a morte. Inspirado em Foucault, Sloterdijk afirma que a modernidade inaugurou uma nova antropotécnica. Os autores então, inspirados por Deleuze e também por Foucault, afirmam que a partir da década de 1970 entramos em outro momento, o do *Homo economicus*. Nesse sentido, a escola vem mudando também. A escola comeniana, disciplinadora, e que tem o professor como representante da autoridade e do saber científico, tem sido alvo de críticas. Para os autores,

entretanto, é preciso defender a escola (tradicional) como uma questão pública, não sujeitada ao mercado ou ao mundo do trabalho, mas sim como um espaço de exercício ou de uma antropotécnica.

O terceiro texto, assinado por Edson Passetti e por mim, busca tornar visíveis as metamorfoses da indisciplina escolar nesse momento de passagem da biopolítica para a ecopolítica, ou da sociedade disciplinar para a sociedade de controle. Começamos com uma preleção sobre a sociedade disciplinar e sobre a biopolítica, sempre tendo em mente que as transformações se dão a partir do jogo de poder e resistências, ou das lutas que acontecem em diversos níveis sociais. As resistências ao poder no contexto da biopolítica, segundo Foucault, buscam a defesa da liberdade, momentos em que os indivíduos se tornam sujeitos de suas práticas. Foi assim, portanto, que os estudantes indisciplinados resistiram à escola disciplinar: sendo resistentes à normalização escolar. Hoje, entretanto, os jogos de poder mudaram e estamos vivendo uma governamentalidade planetária. Por essa via, vemos surgir uma nova pedagogia: inclusiva, prazerosa, multicultural e democrática. A

escola vem mudando e nesse novo ambiente os estudantes são chamados a participar e agir conforme o coletivo. Entretanto, é justamente ali que eles também resistem: não mais como indisciplinados, mas como descontrolados. Nessa escola de diferenciados, os estudantes que resistem calados e/ou brigando com seus “iguais”, antissociais, são tratados com medicações psiquiátricas e terapias alternativas. Entretanto, como no final de *Vigiar e Punir*, podemos reafirmar que as perturbações jamais serão pacificadas: as resistências sempre existirão em um contexto de liberdade.

No último artigo da segunda parte, Haroldo de Resende enfoca a analítica foucaultiana sobre o exame, que entende o indivíduo como efeito e objeto de poder e saber, na associação entre vigilância hierárquica e sanção normalizadora. Para o autor, as avaliações em larga escala no sistema educacional brasileiro podem ser entendidas como o eixo de expressão das políticas educacionais e em torno do qual todas as outras políticas gravitam, o que acaba por criar uma escola examinatória e fabricante de subjetividades inscrita numa sociedade avaliativa, ou neoliberal. Nesse contexto, o modelo

da fábrica desloca-se para o modelo da empresa e o modelo de homem torna-se o do *Homo economicus*.

Além de Vigiar, Punir: questões da escola hoje

O primeiro artigo da terceira parte é de autoria de Maarten Simons e Jan Masschelein. Os autores buscam discutir a atual compreensão de si num contexto em que a escola, a família ou mesmo a empresa são ressignificadas como ambientes de aprendizagem, e em que os estudantes passam a ser entendidos como aprendizes ou sujeitos da aprendizagem. Para eles, essas mudanças provocam uma alteração na nossa experiência de tempo e espaço e uma mudança da “compreensão de si histórica” para uma “compreensão de si ambiental”. Os aprendizes possuem uma identidade e uma individualidades temporárias, mas suas necessidades são constantes (durante o processo de aprendizagem). Os professores, e os pais, passam a ser *designers* que criam estímulos para esses processos e, conseqüentemente, ambientes de aprendizagem, e esses estímulos, de algum modo, devem estar ligados à vida real. Como os aprendizes não possuem identidade fixa, eles são diferentes entre si e o que era

considerado normal, ou mediano, passa a não existir. Para que o aprendiz aprenda, são necessárias avaliações contínuas e *feedbacks* constantes. Essa corrente contínua de informações permite o monitoramento constante, ou ambiental. Por essa via, a referência de cada aluno é ele mesmo, ele acaba por competir com ele mesmo e por se sentir único e excepcional. A referência de tempo passa a ser o aqui e agora, o passado para ser algo a ser usado ou simplesmente esquecido, o futuro é negligenciado. Assim, cada estudante constrói um “si mesmo ambiental”, um instantâneo, fruto de um “empoderamento” temporal. Por tudo isso, em vez de escolher entre ser conservador ou progressista, opções típicas de uma dimensão histórica, o que se busca hoje é ser proativo ou reativo em relação a um ambiente, e o que é considerado ruim é “estar abandonado”, “não fazer parte”. Segundo os autores, talvez seja o caso de sairmos da escola, entrarmos nos ambientes de aprendizagem, e depois, voltarmos à escola, já que os dois polos, até agora, se mostraram extremos.

O segundo artigo da terceira parte é de autoria de Michael Peters. Ele resgata o livro *Na era da máquina*

inteligente: o futuro do trabalho e do poder, de Shoshana Zuboff, e a relação que ela faz entre as concepções de Bentham e Foucault sobre o panóptico e a atual era da informação tecnológica. Para Zuboff, as tecnologias de informação agem como o panóptico de Bentham, principalmente nos ambientes de trabalho. Está em curso uma vigilância global sobre as populações civis chamada Cinco Olhos, composta pelos EUA, Reino Unido, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, cujas origens remontam à Guerra Fria. Para Peters, essa nova mentalidade vem deslocando a razão para uma razão digital, afetando a educação. O conhecimento rápido faz parte do capitalismo acelerado, cibernético ou de vigilância, e vem criando uma nova episteme, o que altera também o modo de avaliar, que vem sendo realizado informaticamente. Além disso, a vigilância vem se acentuando nas escolas, por meio de *scanners* e monitoramento contínuo.

O terceiro artigo é de Dora Lilia Marín-Díaz e Gustavo Adolfo Parra. Para eles, agora, quarenta anos depois de *Vigiar e Punir*, habitamos outro momento e, por isso, a apropriação das análises foucaultianas permitem novas possibilidades pensando o

caráter positivo da disciplina, sua centralidade na produção de um novo pensamento e de formas de saber e ser que definem os modos de relação ética, política e estética dos indivíduos. Os autores criticam as interpretações que foram realizadas de *Vigiar e Punir* que desconsideram a autoridade do professor e que questionam a disciplina escolar, encarando-a como desnecessária ou negativa. Para Foucault, o poder é uma relação ou um jogo de posições estratégicas que se ajustam permanentemente de modo a produzir condutas que se atualizam nessa mesma produção. Nesse sentido, a escola disciplinar e as disciplinas escolares ajudaram a consolidar os sujeitos modernos, em sua multiplicidade, e também o Estado moderno. Para os autores, a escola disciplinar é positiva ao ser o espaço da produção de um campo discursivo próprio do saber pedagógico e também o espaço em que é possível compreender a forma como os indivíduos e os coletivos produzem e compartilham valores que lhes permitem viver juntos, dentro e fora da escola.

O último artigo do livro, assinado por Silvio Gallo, propõe pensar a educação com Foucault. Ele questiona o quadro de percepção do livro

Vigiar e Punir, tipicamente negativo em relação à escola e à atividade educativa, e propõe encontrar, sobretudo no “último Foucault”, possibilidades outras de educação e de formação. Para Gallo, o conceito de heterotopia criado por Foucault, para o qual a dimensão do espelho é essencial, pode ser útil nessa empreitada. Se tomarmos a escola como um espaço real, um *topos*, ao pensarmos em alternativas à escola, buscamos espaços utópicos, ou escolas não capitalistas. Entretanto, podemos pensar em espaços escolares heterotópicos, ou a possibilidade de fazer uma escola outra na escola estabelecida. O autor afirma que os estudantes fazem isso o tempo todo, e impõem heterotopias aos professores na maioria das vezes. Para Gallo, produzir heterotopias na escola é produzir uma educação orientada para a vida e uma escola em que cada um possa ser capaz de pensar e de viver por si mesmo, constituindo-se como sujeito nesse processo.

O livro organizado por Alexandre Filordi e Silvio Gallo é paradoxal: por um lado, é pirotécnico, incendiando as certezas dos pedagogos e

profissionais da educação ao retomar as teses de Michel Foucault sobre a pedagogização da sociedade moderna, um dos principais efeitos de *Vigiar e Punir*. Por outro, é refrescante, pois traz novos ares para a pesquisa educacional que tem Foucault como referência e que, nos últimos tempos, vem tratando-o como um criador de métodos educativos igualitários ou mesmo de uma didática democrática, ou, ainda, como um educador teleológico que tem a estética como purificação e a ética como fim.

Essa captura das teses foucaultianas por parte das ciências da educação não entende que a ética é uma prática e um meio que pressupõe a experimentação de outros modos de existência e a alteração da subjetividade do sujeito. A ética foucaultiana, nesse sentido, não envolve reformas no espaço escolar, ou no modo de gestão da escola, ou na organização dos corpos, ou no modo de ensinar, avaliar e punir os estudantes. A atitude ética brota da necessidade de cada um de dobrar as forças externas que lhe chegam e transformá-las em força interior, em redescoberta de si, algo que um programa moral exterior ao sujeito nunca vai promover, pois o que ele cria são esquecimentos de

si. Em suma, a ética da existência não se relaciona com (re)programas, principalmente os propostos pelo Estado e/ou pela Sociedade Civil: isso nada mais é que uma nova condução de condutas.

A estética da existência, por essa via, também não se mistura com a orientação pedagógica de produzir relatos de práticas de sala de aula e de vida de professores, tão comuns hoje em dia: esses fazem parte da estética do conhecimento de si, e só servem para serem coroados pelas verdades dos saberes *psi*. O conhecimento de si, uma prática tipicamente católica, visa à modificação do modo de

existência do sujeito em busca de sua purificação. A estética da existência, por outro lado, busca entender a vida como obra de arte, como uma construção do sujeito que acontece em momentos de luta e liberdade, momentos em que ele se distancia dos medos e daquilo que o apodera e, por fim, resiste, martelando mais uma vez o cinzel que esculpe a si mesmo.

Aguardemos, pois, os efeitos que *Repensar a educação: 40 anos após Vigiar e Punir* produzirá. Que eles abalem as verdades pedagógicas que estão por vir.